



REVISTA AMBIENTE CONTÁBIL

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

ISSN 2176-9036

Vol. 12, n. 2, Jul./Dez. 2020

Sítios: <http://www.periodicos.ufrn.br/ambiente>

<http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-06/index.php/Ambiente>

Artigo recebido em: 13.10.2019. Revisado por pares em: 23.12.2019. Reformulado em: 20.01.2020. Avaliado pelo sistema double blind review.

DOI: 10.21680/2176-9036.2020v12n2ID19005

Uma análise da adesão de organizações brasileiras à GRI como método de divulgação de informações de responsabilidade social corporativa

An analysis of the adherence of Brazilian organizations to GRI as a method of disclosure of corporate social responsibility

Un análisis de la adhesión de organizaciones brasileñas a la GRI como método de divulgación de información de responsabilidad social corporativa

Autores

Vicente Lima Crisóstomo

Doutor em Finanças pela Universidade de Valladolid/Espanha. Professor da Universidade Federal do Ceará/PPAC/Depto de Contabilidade. Telefone: +55 85 3366.7802. Universidade Federal do Ceará. Identificadores (ID):

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8799551213988584>

ORCID iD: <http://orcid.org/0000-0002-8593-0471>

Researcherid: <http://www.researcherid.com/rid/Q-4047-2016>

E-mail: vicentelc@gmail.com

Hyane Correia Forte

Mestre em Administração e Controladoria pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Programa de Pós-Graduação em Administração e Controladoria da FEAAC/UFC. Endereço: Av. da Universidade, 2431 – CEP 60020180 – Fortaleza – CE, Telefone: (85) 3366.7816. Identificadores (ID):

ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-9559-5267>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2085785767163728>

E-mail: hyane_0104@hotmail.com

Priscila de Azevedo Prudêncio

Mestre em Administração e Controladoria pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Programa de Pós-Graduação em Administração e Controladoria da FEAAC/UFC. Endereço: Av. da Universidade, 2431 – CEP 60020180 – Fortaleza – CE, Telefone: (85) 3366.7816. Identificadores (ID):

ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0003-4219-3544>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5802554647155029>

E-mail: priscilaprudencio.ufc@gmail.com

Resumo

Objetivo: As organizações têm publicado relatórios de responsabilidade social corporativa (RSC) visando divulgar sua responsabilidade social. Nesse sentido, a *Global Reporting Initiative* (GRI) desenvolve modelos estruturados de relatórios de sustentabilidade que auxiliam as organizações na sua elaboração e divulgação. O presente trabalho tem como objetivo analisar a evolução da adesão à GRI e a qualidade dos relatórios de RSC divulgados por organizações brasileiras.

Metodologia: Coletou-se os dados de todas as organizações brasileiras que aderiram à GRI, no período 2000-2017, num total de 461 organizações e 2.142 observações. Fez-se uma análise descritiva e testes de diferença de proporções.

Resultados: Os resultados mostram que houve um crescimento relevante do número de organizações brasileiras que aderiram à GRI, observando-se um crescimento anual médio em torno de 48%. As organizações empresariais são as que mais divulgam ação social via GRI, embora também haja organizações de outra natureza. Verifica-se uma predominância forte de empresas de grande porte. Relativamente à qualidade da informação, percebe-se que cerca de 90% das demonstrações já seguem as diretrizes da GRI, e mais da metade ainda não é submetido a processo de auditoria externa. Observa-se um avanço, mesmo que pequeno, da divulgação de relatórios que integram informações financeiras e de cunho social.

Contribuições do Estudo: O estudo sobre o *disclosure* de relatório de RSC no formato GRI fornece à comunidade acadêmica informação sobre o quanto este instrumento de divulgação tem sido considerado relevante por organizações empresariais ou não no Brasil. Esta busca crescente por divulgação de RSC via GRI pode dever-se ao objetivo de legitimação de estratégias e práticas organizacionais, como também de criação de valor e melhoria de reputação organizacional. Como contribuição tem-se a análise detalhada da evolução da divulgação de relatórios GRI pelas organizações brasileiras. Além disso, o estudo contribui ao sinalizar que a GRI tem se firmado como um importante meio para a divulgação de informações de ações socioambientais para organizações brasileiras. Do ponto de vista acadêmico, a pesquisa colabora ao avançar nos estudos relativos ao *disclosure* voluntário e ao aprofundar a análise da qualidade dos relatórios GRI elaborado pelas organizações.

Palavras-chave: Responsabilidade Social Corporativa. Divulgação. *Global Reporting Initiative*. Adesão. Brasil.

Abstract

Purpose: Organizations have published corporate social responsibility reports aimed at spreading their social responsibility. In this sense, the Global Reporting Initiative (GRI) develops structured models of sustainability reports that help organizations design and disseminate them. The objective of this paper is to analyze the evolution of GRI adherence and the quality of CSR reports provided by Brazilian organizations.

Methodology: The data for all the Brazilian organizations that adhered to the GRI, in the period 2000-2017, were collected for a total of 461 organizations and 2,142 observations. Descriptive analyses and tests for the difference in proportions have been processed.

Results: The results show that there was a significant increase in the number of Brazilian organizations that joined GRI, with an average annual growth of around 48%. Business organizations are the ones that most publicize social action by GRI, although there are also

organizations of other nature. There is a strong predominance of large companies. About the quality of information, it is perceived that about 90% of the statements already follow GRI guidelines, and more than half are not yet subject to an external audit. Although slight, there has been observed a breakthrough in the disclosure of reports that integrate financial and social information.

Contributions of the Study: The study about CSR report disclosure in GRI format provides to academic community information on how this disclosure tool has been deemed relevant by business organizations or not in Brazil. The work provides additional contribution by presenting a detailed analysis of the evolution of GRI reporting disclosure by Brazilian organizations. In addition, the study contributes by pointing out that GRI has been established as an important channel for the dissemination of information on social actions and sustainability for Brazilian organizations. Regarding the academic point of view, the research collaborates in advancing the studies related to voluntary disclosure and in deepening the analysis of the quality of GRI reports drafted by organizations.

Keywords: Social Corporate Responsibility. Disclosure. Global Reporting Initiative. Adhesion. Brazil.

Resumen

Objetivo: Las organizaciones han publicado informes de responsabilidad social corporativa para divulgar su responsabilidad social. En este sentido, la *Global Reporting Initiative* (GRI) desarrolla modelos estructurados de informes de sostenibilidad que auxilian a las organizaciones en la elaboración y divulgación de los mismos. El presente trabajo tiene como objetivo analizar la evolución de la adhesión a la GRI y la calidad de los informes presentados sobre las acciones de RSC por organizaciones brasileñas.

Metodología: Se recogieron los datos de todas las organizaciones brasileñas que adhirieron a la GRI, en el período 2000-2017, en un total de 461 organizaciones y 2.142 observaciones. Se realizó un análisis descriptivo y pruebas de diferencia de proporción.

Resultados: Los resultados muestran que hubo un crecimiento relevante del número de organizaciones brasileñas que adhirieron a la GRI, observándose un crecimiento anual medio en torno al 48%. Las organizaciones empresariales son las que más divulgan acción social vía GRI, aunque también hay organizaciones de otra naturaleza. Se observa un predominio fuerte de grandes empresas. En cuanto a la calidad de la información, se percibe que cerca del 90% de las demostraciones ya siguen las directrices de la GRI, y más de la mitad aún no es sometida a proceso de auditoría externa. Se observa un avance, aunque pequeño, de la divulgación de informes que integran informaciones financieras y de cuño social.

Contribuciones del Trabajo: El estudio sobre el informe de responsabilidad social corporativa en formato GRI proporciona a la comunidad académica información sobre cuanto esta herramienta de divulgación ha sido considerada relevante por las organizaciones empresariales o no en Brasil. Como contribución se tiene el análisis detallada de la evolución de la divulgación de los informes GRI de las organizaciones brasileñas. Además, el estudio contribuye al señalar que la GRI se ha firmado como un importante medio para la divulgación de informaciones de acciones sociales y de sostenibilidad para las organizaciones brasileñas. Desde el punto de vista académico, la investigación colabora avanzando los estudios relacionados con la divulgación voluntaria y profundizando el análisis de la calidad de los informes GRI preparados por las organizaciones.

Palabras clave: Responsabilidad Social. Divulgación. *Global Reporting Initiative*. Adhesión. Brasil.

1 Introdução

O interesse, por parte das organizações, em empreender práticas de Responsabilidade Social Corporativa (RSC), tem crescido em função da pressão de diversos segmentos sociais (Carroll, 1999). Nas últimas décadas, a Responsabilidade social das empresas passou a fazer parte do debate público envolvendo os problemas sociais, levando a mudanças o contrato social entre as organizações e a sociedade (Bertoncello & Júnior, 2007; Cochran, 2007). A Teoria *Stakeholder* propõe que as organizações são avaliadas também pela sua relação com a sociedade e o meio ambiente (Carroll, 1999; Freeman, Wicks, & Parmar, 2004; Jamali, 2008). A literatura tem apontado a possibilidade de retornos positivos para empresas que empreendem ações de responsabilidade social e sustentabilidade (Margolis & Walsh, 2003; Udayasankar, 2008; Waddock & Graves, 1997).

Neste quadro de relevância da RSC, as empresas, assim como algumas organizações não empresariais, têm começado a preocupar-se com estas questões, incorporando-as a seu processo estratégico com vistas à obtenção de melhoria de imagem e reputação, além de obtenção de vantagem competitiva (Archel, Husillos, Larrinaga, & Spence, 2009; E. A. Silva, Freire, & Silva, 2014; Sutantoputra, 2009). A prática de divulgar informações relativas à RSC, bem como o formato desta divulgação, é ainda uma questão em aberto, embora exista um grande contingente de organizações realizando este *disclosure* (Michelon, 2011). No Brasil, essa prática se consolida cada vez mais (Gisbert & Lunardi, 2012). Uma tendência recente é a divulgação de relatórios de RSC e de sustentabilidade integrados aos demais demonstrativos da empresa, o que é proposto como uma forma de trazer a público informações concretas e conjuntas sobre estratégia, governança e perspectiva de desempenho, de modo a refletir, para o contexto de negócios, os aspectos social, ambiental e econômico no qual a empresa está inserida (Flower, 2015; Thomson, 2015).

Nesse contexto de divulgação, a *Global Reporting Initiative* (GRI) auxilia as organizações que pretendem divulgar documentos que tragam informações sobre as práticas de responsabilidade social das organizações (Nikolaeva & Bicho, 2011). Através da construção de diretrizes e indicadores são elaborados os modelos GRI de relatórios de sustentabilidade, deste modo, auxiliando as organizações na sua produção e divulgação. Ressalta-se que os modelos elaborados pela GRI podem ser usados por todo tipo de organização, independentemente do porte ou natureza.

Os relatórios de RSC tendem a fornecer uma imagem completa e equilibrada quanto às ações socioeconômicas das organizações. O *disclosure* de relatórios GRI pode ser visto pelas organizações como um meio de legitimar suas ações perante aos seus diversos *stakeholders*. Além disso, o *disclosure* do relatório GRI realizado pela organização pode sinalizar que os benefícios esperados sejam superiores aos custos da elaboração do relatório. Com isso, é oportuno tentar responder à seguinte pergunta de pesquisa: **As organizações brasileiras estão aderindo à GRI, considerando-a como instrumento capaz de auxiliar no processo de divulgação de RSC e visando a melhoria de reputação e obtenção de legitimação?**

A importância da GRI no contexto de *disclosure* de RSC motiva a realização deste trabalho que objetiva analisar a evolução da adesão à GRI e a qualidade dos relatórios de RSC divulgados por organizações brasileiras. Adicionalmente, buscou-se verificar as características das organizações que estão associadas a uma melhor qualidade do relatório. Para tanto, foram analisados os dados de todas as 461 organizações brasileiras que aderiram à GRI, no período 2000-2017, num total de 2.142 observações anuais. Os dados foram

coletados na base de dados da *Global Reporting Initiative*, sendo realizado um estudo descritivo aprofundado e teste de diferença de proporções.

O Brasil é um país emergente no cenário econômico internacional com grandes desigualdades sociais (Conceição, Dourado, & Silva, 2012), além de ser um ambiente com rica biodiversidade, o que faz da responsabilidade social das organizações que operam neste entorno algo relevante. Ademais, observa-se um aumento da preocupação com as questões sociais e ambientais no âmbito das corporações, destacando-se o aumento da busca por mecanismos que auxiliem a divulgação dessas informações (Conceição, Dourado, & Silva, 2012). O estudo apresenta-se relevante também no campo acadêmico, pois fomenta as pesquisas sobre evolução do *disclosure* voluntário e destaca a qualidade da elaboração dos relatórios de sustentabilidade.

O estudo sobre o *disclosure* de relatório de RSC no formato GRI fornece à comunidade acadêmica informação sobre o quanto este instrumento de divulgação tem sido considerado relevante por organizações empresariais ou não no Brasil. Esta busca crescente por divulgação de RSC via GRI pode dever-se ao objetivo de legitimação de estratégias e práticas organizacionais, como também de criação de valor e melhoria de reputação organizacional. Do ponto de vista acadêmico, a pesquisa colabora ao avançar nos estudos relativos ao *disclosure* voluntário e ao aprofundar a análise da qualidade dos relatórios GRI elaborado pelas organizações.

O trabalho está organizado em mais quatro seções, além desta introdução. A seção seguinte contém o referencial teórico concernente à Responsabilidade Social Corporativa e sua divulgação, *Global Reporting Initiative* (GRI) e às hipóteses do estudo. Após isto, a terceira seção contempla a metodologia utilizada para o alcance do objetivo desse estudo; na quarta seção expõe-se a análise dos resultados obtidos e, por fim, apresentam-se as conclusões do trabalho.

2 Referencial Teórico

2.1 Responsabilidade Social Corporativa e sua divulgação

As questões sociais e ambientais têm ganhado relevância à medida que problemas nestas áreas têm se tornado mais críticos. Escândalos financeiros e desastres ambientais têm dado destaque a estes problemas. A maior preocupação das organizações com a responsabilidade social pode refletir-se nas decisões sobre políticas estratégicas da organização, como também no seu modelo de gestão organizacional, uma vez que o foco nestes temas confere maior ênfase a aspectos morais e éticos. Esta mudança na conduta organizacional tende a ocasionar o estabelecimento de melhores relações com o conjunto de *stakeholders* da organização (McWilliams & Siegel, 2001). Sobre este comportamento organizacional, o enfoque *Stakeholder* tem como núcleo a preocupação da organização com o bem estar de todos os seus *stakeholders* (Freeman, Rusconi, Signori, & Strudler, 2012). O enfoque *Stakeholder* propõe que a organização que dá importância à conduta ética e preocupa-se com o bem estar de seus *stakeholders* e com a interação com o meio ambiente tende a respeitá-los e estabelecer relações de confiança, com base em princípios de harmonia, justiça e lealdade (Brown & Forster, 2013; Harrison, Bosse, & Phillips, 2010; Tullberg, 2013).

A busca por melhoria de imagem e reputação da organização, notadamente a empresarial, tem sido apontada na literatura como capaz de ter papel importante na política de RSC e sustentabilidade organizacional (Deephouse & Carter, 2005; Seramim, Zanella, & Rojo, 2017). A legitimidade da organização, ou de sua atuação, pode ser vista como um tipo de “contrato social” entre a empresa e a sociedade (Bebbington, Larrinaga-González, &

Moneva-Abadía, 2008). Neste sentido, a legitimação organizacional está associada a desejadas e esperadas ações da organização dentro do sistema social. Sob este “contrato social”, o sistema social é capaz de “punir” empresas que não o respeitem. A Teoria da Legitimidade propõe que as organizações procuram legitimar-se através de suas ações (Craig Deegan, 2002; Tilling & Tilt, 2010).

A realização de ações de RSC pode ser fruto de pressão do entorno institucional e legal, ou mesmo iniciativa própria da organização motivada pela possibilidade de legitimar-se frente à sociedade, bem como também melhorar sua reputação. Seja qual for a razão do empreendimento destas ações, a divulgação das mesmas será um processo natural para a organização que as empreende.

Apesar do caráter voluntário e ausência de formato de relatórios para divulgação de ações de RSC, empresas, e mesmo organizações não empresariais, têm empreendido ações desta natureza e divulgado as mesmas por distintos meios e formatos. O objetivo de legitimar atividades da organização é ter sua presença e ações aceitas perante o conjunto de *stakeholders* (Craig Deegan, 2002; Dowling & Pfeffer, 1975; Suchman, 1995). Os relatórios anuais podem ser uma maneira de obter, manter ou reparar a legitimidade da organização, servindo como um instrumento para melhorar a percepção dos *stakeholders* da organização e mesmo influenciar conceitos e opiniões sobre valores e normas da sociedade (De los Ríos Berjillos, Ruiz Lozano, Tirado Valencia, & Carbonero Ruz, 2012; Craig Deegan, Rankin, & Tobin, 2002; C. Deegan, Rankin, & Voght, 2000; Tilling & Tilt, 2010).

Gestores organizacionais, assim como proprietários que veem a reputação como uma preocupação relevante, podem ser mais propensos a empreender ações de RSC como uma forma adicional de incrementar a importância dada à reputação organizacional. De fato, a pesquisa tem mostrado que o conceito de reputação organizacional ajuda a compreender a prática de divulgação de RSC (Bebington, Larrinaga, & Moneva, 2008; De los Ríos Berjillos et al., 2012; Deephouse & Carter, 2005).

Nesse contexto, as informações sobre a empresa passam a ser requeridas não apenas por investidores, mas também pelo coletivo de *stakeholders* que se relacionam com a organização. Surge aí a necessidade de divulgação para atender demandas diversas, não somente as requeridas por normas legais, o que suscita a divulgação voluntária de informação. De fato, a pesquisa tem documentado um crescimento da publicação de informações sobre RSC e sustentabilidade, apesar do caráter voluntário de tal divulgação (Meek, Roberts, & Gray, 1995; Reis, Cintra, Ribeiro, & Dibbern, 2015).

2.2 *Global Reporting Initiative*

O relatório de sustentabilidade é o instrumento através do qual a empresa divulga suas ações e projetos relativos às suas políticas de ação social e ambiental, demonstrando assim seu grau de preocupação com o entorno social e ambiental no qual está inserida. Embora em países como a Inglaterra, a Alemanha e a França a elaboração de um relatório desta natureza seja obrigatória, no Brasil não existe lei que obriga sua produção. Alguns setores da economia têm regulamentação que estimula fortemente a empresa a divulgar este tipo de informação, como o setor de eletricidade (Braga, Silva, & Santos, 2014).

Organizações, como a *Global Reporting Initiative* (GRI), desenvolveram modelos de relatórios sob as diretrizes e princípios de divulgação, com o objetivo de fomentar esta prática por parte das organizações em geral. Os modelos GRI pretendem harmonizar os relatórios de responsabilidade social e sustentabilidade no sentido de melhorar o processo de análise dos mesmos, almejando que os relatórios de sustentabilidade sejam rotineiros e passíveis de comparação como os relatórios financeiros (Ambrozini, 2017; Crisóstomo, Prudêncio, & Forte, 2017; Garcia, Cintra, Ribeiro, & Dibbern, 2015).

Os relatórios GRI são estruturados de acordo com diretrizes que visam estabelecer princípios e indicadores essenciais e complementares que permitam a adequada divulgação de ação social e preocupação com sustentabilidade das organizações, levando em consideração a diversidade entre elas (Madalena, Rover, Ferreira, & Ferreira, 2016). O primeiro conjunto de Diretrizes da GRI foi lançado em junho de 2000 (GRI, 2015). Desde então, tais diretrizes vêm sendo atualizadas em busca de um maior aperfeiçoamento quanto ao conteúdo dos relatórios. A versão (G4), lançada em 2013, com ênfase no princípio da materialidade e com indicadores mais específicos (T. L. G. B. Silva, Maia, & Leal, 2017), passou por um processo de desenvolvimento em que as diretrizes evoluíram e deram origem à versão do GRI *Standards*, cuja última versão lançada em 2016, sendo a evolução mais recente dos relatórios GRI. Sobre esta questão, a literatura tem apontado a necessidade de maior compreensibilidade, completude, ou abrangência do relatório no sentido de este incorporar não somente intenções de ações, mas sim informações concretas de ações e até mesmo indicadores de desempenho social (Bouten, Everaert, Van Liedekerke, De Moor, & Christiaens, 2011; Robertson & Nicholson, 1996; Van Staden & Hooks, 2007). Desde 2010, os relatórios da GRI trouxeram também o novo conceito de Relatórios Integrados, que transmitem informações econômicas, financeiras e sociais conjuntamente e que vem sendo sugerido como uma prática que pode suscitar avanços no *disclosure*, apesar das controvérsias ainda existentes (Adams, 2015; Flower, 2015; Thomson, 2015).

2.3 Hipóteses

Após mais de uma década de GRI como meio de divulgação de informação de sustentabilidade, é oportuno o estudo sobre a adesão das organizações brasileiras, ao longo deste período, levando em conta o grau de adesão, a qualidade dos relatórios e os atributos característicos de tais organizações aderentes.

Sob os arcabouços teóricos da Legitimação e da Divulgação Voluntária, as organizações, principalmente empresas, estariam interessadas em divulgar suas ações sociais e preocupação com sustentabilidade visando os benefícios associados à legitimação de suas operações, bem como melhoria de imagem e reputação (Ambrozini, 2017; Craig Deegan, 2002; Dowling & Pfeffer, 1975; Tilling & Tilt, 2010). A grande visibilidade da GRI faz dela um interessante meio de divulgação de relatórios de sustentabilidade para organizações, notadamente empresas, motivadas por objetivos de legitimação. O mercado brasileiro tem passado por transformações que deixaram as empresas mais expostas à concorrência e visibilidade internacional, que tem levado as empresas a divulgarem mais informação de cunho econômico, social e ambiental sendo a GRI um importante instrumento neste processo (Garcia et al., 2015). Esta argumentação faz oportuna a sugestão de ter havido uma aderência crescente da adesão à GRI pela organização brasileira.

A divulgação de informação é sempre associada a um custo. A divulgação de relatórios através da GRI envolve este custo adicional que deve ser arcado pela organização, o que sugere o objetivo de uma contrapartida pela expectativa de benefícios associados à reputação organizacional, assim como a legitimação de ações e ganhos com criação de valor (Bebbington, Larrinaga-González, et al., 2008; Craig Deegan, 2002). Neste cenário, empresas parecem ser mais propensas a arcar com tais custos. Merece menção, no entanto, que no Brasil, a obrigatoriedade do Demonstrativo de Valor Adicionado (DVA) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) representam avanço na divulgação de RSC. Informação divulgada na DVA já contempla informação solicitada pela GRI, como é o caso dos benefícios a trabalhadores tratados pelo CPC 33 e o CPC 07 que trata de subvenção e assistência governamental. Esta disponibilidade da informação na DVA já teve seu custo incorrido e é um facilitador para a divulgação destas informações na GRI. A

partir deste argumento propõe-se como hipótese que organizações empresariais são mais propensas a aderir à GRI, bem como a publicar relatórios de melhor qualidade de acordo com as diretrizes GRI.

Hipótese 1: Organizações empresariais são mais propensas a divulgar relatórios de melhor qualidade seguindo as diretrizes GRI.

Hipótese 1a: Organizações empresariais são mais propensas a divulgar relatórios de modelos mais elevados de acordo com as diretrizes GRI.

Hipótese 1b: Organizações empresariais são mais propensas a divulgar relatórios com maior nível de aplicação de acordo com as diretrizes GRI.

Hipótese 1c: Organizações empresariais são mais propensas a realizar auditoria de seus relatórios.

O fato de uma empresa ser listada ou não em bolsa de valores faz diferença para o nível de divulgação, seja essa divulgação voluntária ou obrigatória (Ahmed & Courtis, 1999; Firth, 1979; Loderer & Waelchli, 2010). As bolsas de valores costumemente apresentam políticas de divulgação, fazendo com que as empresas passem a divulgar uma extensão maior de conteúdo informativo do que empresas não listadas (Buzby, 1975; Firth, 1979). Além disso, as empresas com ações listadas tendem a ter mais interesse em criação de valor por serem mais visadas por investidores, que estão exigindo cada vez das empresas a observância de boas regras de conduta e demonstração de capacidade de sustentabilidade empresarial. Com base na argumentação apresentada propõe-se a seguinte hipótese de pesquisa:

Hipótese 2: Empresas listadas em bolsa estão mais interessadas em divulgar relatórios integrados.

Com relação ao aspecto tamanho, estudos defendem que este aspecto pode influenciar na divulgação de relatórios de sustentabilidade (Gallego-Álvarez & Quina-Custodio, 2016; Murcia & Santos, 2009; Ricardo, Barcellos, & Bortolon, 2017). O fato de organizações de maior porte terem mais visibilidade e, conseqüentemente, maior pressão dos *stakeholders* (Lopes, De Luca, Góis, & Vasconcelos, 2017), bem como mais possibilidade de empreender ações sócio ambientais, e de arcar com custos de *disclosure* voluntário (Husted & Allen, 2007), enseja a hipótese que organizações de maior porte, tanto são mais propensas a aderir à GRI, como a adotar mais elevados padrões de *disclosure*.

Hipótese 3: Organizações de maior porte são mais propensas a adotar mais elevados padrões de divulgação.

Hipótese 3a: Organizações de maior porte são mais propensas a divulgar relatórios de modelos mais elevados de acordo com as diretrizes GRI.

Hipótese 3b: Organizações de maior porte são mais propensas a divulgar relatórios integrados.

Hipótese 3c: Organizações de maior porte são mais propensas a realizar auditoria de seus relatórios.

3 Procedimentos Metodológicos

3.1 Estratégia e Método de Pesquisa

Relativo ao propósito do estudo, que é analisar o nível de evolução da adesão à GRI e a qualidade dos relatórios de sustentabilidade apresentados por organizações brasileiras, esta pesquisa caracteriza-se como descritiva e quantitativa. Um estudo descritivo busca descrever as características de um problema específico, apresentando informações sobre determinada população (Collis & Hussey, 2004; Gray, 2011). Com isso, o trabalho pretende caracterizar e sintetizar a evolução da adesão das organizações brasileiras à GRI. Quanto à abordagem, é considerado quantitativo, pois utiliza análises estatísticas (Roesch, 2005), sendo que o estudo recorre à análise descritiva e a testes de diferença de proporções, tais testes estatísticos são não paramétricos. Por fim, relativo aos procedimentos, classifica-se como documental por utilizar dados, como o banco de dados da *Global Reporting Initiative*.

3.2 População e Amostra

A população da pesquisa corresponde a todas as organizações brasileiras que publicam relatório de sustentabilidade modelo GRI. Relativo à amostra da pesquisa, foram selecionadas todas as organizações brasileiras que divulgaram relatórios de sustentabilidade através da *Global Reporting Initiative*, seguindo ou não as suas diretrizes, no período 2000-2017. Deve-se destacar que o ano de 2000 foi o primeiro com divulgação de relatórios de RSC, por organizações brasileiras, no formato GRI. Os últimos relatórios disponíveis são relativos ao ano de 2017. Os dados foram obtidos através de solicitação realizada à *Global Reporting Initiative*, consistindo da relação de todas as organizações brasileiras que divulgaram relatório GRI. Dessa forma, a amostra do estudo é composta por 2.142 observações anuais de 461 organizações brasileiras. Destaca-se que, em virtude dos dados disponíveis, houve variações no número de observações ao longo da análise.

Foram coletadas informações relativas à natureza das organizações. O tipo de organização refere-se ser organização empresarial ou de outra natureza, e a estar ou não listada em bolsa de valores. O porte da organização segregado em três categorias. A qualidade do relatório GRI que envolve a divulgação de relatório integrado, os modelos adotados pelos relatórios GRI, o nível de aplicação GRI, e se os relatórios são auditados. As informações relativas ao tipo de organização, à cotação em bolsa de valores e ao relatório integrado só estão disponíveis a partir de 2010. As informações relativas ao nível de aplicação dos relatórios e à auditoria destes foram analisadas nos períodos 2002-2017 e 2002-2015, respectivamente, uma vez que esses dois elementos foram implementados no relatório GRI formato G2.

3.3 Técnica de Análise de Dados

Para a análise da evolução da adesão à GRI no Brasil e a qualidade dos relatórios de RSC divulgados pelas organizações brasileiras, realizou-se uma análise descritiva aprofundada. A análise descritiva foi realizada para todos os aspectos investigados para que se tenha uma melhor compreensão do conjunto de dados em estudo. Adicionalmente, para se verificar as características das organizações que contribuem para a melhor qualidade do relatório, foi realizado testes de diferença de proporções (testes qui-quadrado). O teste de diferença de proporções é um teste não paramétrico que visa analisar a associação entre variáveis qualitativas. A característica básica desse teste é a comparação de proporções.

4 Análise dos Resultados

4.1 Características das organizações

Os resultados indicam que, ao longo do período 2000-2017, ocorreu um aumento relevante do número de organizações brasileiras que passaram a divulgar o relatório de sustentabilidade através da GRI. Estudos já tem documentado um crescimento da publicação de informações sobre RSC e sustentabilidade, apesar do caráter voluntário de tal divulgação (Conceição et al., 2012; Meek et al., 1995; Reis et al., 2015).

Os dados apresentados na Tabela 1 mostram que, desde o início da aplicação do relatório GRI no Brasil, tem ocorrido uma crescente adesão ao mesmo pelas organizações brasileiras, como meio de divulgação das informações de Responsabilidade Social Corporativa (RSC). No ano 2000, apenas 2 organizações brasileiras divulgaram relatórios de sustentabilidade no formato GRI. Este número eleva-se a 244 organizações em 2017. No entanto, deve-se destacar que o ano de 2013 apresentou o maior número de divulgação de relatórios GRI, sendo 262 relatórios. Esta crescente adesão à divulgação de relatório de sustentabilidade, através da GRI, sugere o aumento da preocupação por parte das organizações brasileiras em empreender ações de RSC e sustentabilidade, como também em divulgar estas ações à sociedade.

Tabela 1

Crescimento temporal de adesão à GRI no Brasil

Ano	Número de Relatórios	Crescimento Anual (%)	Total
2000	2		0,09%
2001	2	0,00	0,09%
2002	6	200,00	0,28%
2003	5	-16,67	0,23%
2004	8	60,00	0,37%
2005	17	112,50	0,79%
2006	23	35,29	1,07%
2007	54	134,78	2,52%
2008	88	62,96	4,11%
2009	105	19,32	4,90%
2010	172	63,81	8,03%
2011	175	1,74	8,17%
2012	208	18,86	9,71%
2013	262	25,96	12,23%
2014	258	-1,53	12,04%
2015	261	1,16	12,18%
2016	252	-3,45	11,76%
2017	244	-3,17	11,39%
Total	2.142		100%
Média de crescimento (%)		41,86	

Fonte: *Elaborada pelos autores.*

A informação sobre o tipo, ou natureza, da organização está registrada a partir de 2010. Das organizações que aderiram ao relatório GRI, observa-se que organizações de

naturezas diversas têm aderido ao relatório (Tabela 2). A Tabela 2 apresenta o número de organizações que aderiram pela primeira vez ao relatório GRI em cada ano. Como esperado, as empresas têm sido as organizações que mais aderem à GRI (Empresa Privada, Subsidiária e Empresa Estatal), provavelmente por serem as empresas as organizações que vêm como mais relevante a busca por legitimação de suas operações, e de melhoria de imagem e reputação (Ambrozini, 2017; Craig Deegan, 2002; Dowling & Pfeffer, 1975; Tilling & Tilt, 2010). Os demais tipos de organizações (Cooperativas, Parcerias, Organizações sem fins lucrativos, Organizações Públicas) apresentaram proporção bem inferior. Pode-se observar que houve um crescimento de adesões até 2013, quando parece estabilizar-se o número de novas organizações divulgando ações de sustentabilidade através da GRI.

Tabela 2*Organizações que adotaram a GRI pela primeira vez em cada ano*

Natureza da Organização	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Total	%
Empresas Privadas	42	26	38	51	11	21	27	17	233	71,91
Crescimento (%)		-38,10	46,15	34,21	-78,43	90,91	28,57	-37,04		
Subsidiárias	8	3	5	7	4	3	2	1	33	10,19
Crescimento (%)		-62,50	66,67	40,00	-42,86	-25,00	-33,33	-50,00		
Empresa Estatal	3	1	2	0	1	2	0	1	10	3,09
Crescimento (%)		-66,67	100,00	-100,00		-300,00	-500,00			
Cooperativas	1	1	3	4	2	1	2	1	15	4,63
Crescimento (%)		0,00	200,00	33,33	-50,00	-50,00	100,00	-50,00		
Parcerias	1	1	1	1	0	0	0	0	4	1,23
Crescimento (%)		0,00	0,00	0,00	-100,00					
Organizações sem fins lucrativos	5	1	2	4	0	1	4	1	18	5,56
Crescimento (%)		-80,00	100,00	100,00	-100,00		300,00	-75,00		
Organizações Públicas	2	3	1	2	1	0	1	1	11	3,40
Crescimento (%)		50,00	-66,67	100,00	-50,00	-100,00		0,00		
Total	62	36	52	69	19	28	36	22	324	100,00
Crescimento (%)		-41,94	44,44	32,69	-72,46	47,37	28,57	-38,89		

Fonte: Elaborada pelos autores.

A Tabela 3 contém o número total de organizações que aderiram à GRI em cada ano de estudo. Verifica-se que as empresas são a maioria dentre as organizações que publicam relatórios de sustentabilidade através da GRI (89,66%) (Empresa Privada, Subsidiária e Empresa Estatal). Este resultado é um forte indicativo de que tais organizações, notadamente as empresas privadas (70,54%), têm mais interesse em divulgar suas ações sociais e preocupação com sustentabilidade, provavelmente por motivações associadas à legitimação de suas atividades e à busca de melhoria de reputação e imagem que têm reflexo na criação de valor para a empresa.

Tabela 3*Tipos de Organizações que adotam a GRI*

Natureza da Organização	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Total	%
Empresas Privadas	113	125	147	190	183	188	180	171	1.494	70,54
Crescimento (%)		10,62	17,60	29,25	-3,68	2,73	-4,26	-5,00		
Subsidiárias	29	23	25	30	33	32	25	25	273	12,89
Crescimento (%)		-20,69	8,70	20,00	10,00	-3,03	-21,88	0,00		
Empresa Estatal	12	11	13	14	14	13	14	13	132	6,23
Crescimento (%)		-8,33	18,18	7,69	0,00	-7,14	7,69	-7,14		
Cooperativas	1	2	4	8	10	10	11	13	59	2,79
Crescimento (%)		100,00	100,00	100,00	25,00	0,00	10,00	18,18		
Parcerias	3	4	4	4	4	4	4	4	37	1,75
Crescimento (%)		33,33	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Organizações sem fins lucrativos	10	6	10	12	10	12	14	14	92	4,34
Crescimento (%)		-40,00	66,67	20,00	-16,67	20,00	16,67	0,00		
Organizações Públicas	3	4	5	4	4	2	4	4	31	1,46
Crescimento (%)		33,33	25,00	-20,00	0,00	-50,00	100,00	0,00		
Total	171	175	208	262	258	261	252	244	2.118	100,00
Crescimento (%)		2,34	18,86	25,96	-1,53	1,16	-3,45	-3,17		

Fonte: Elaborada pelos autores.

O esperado interesse mais elevado das empresas, em função do interesse na criação de valor, motiva uma atenção detalhada a este coletivo de organizações. A busca por criação de valor é mais destacada em empresas listadas em bolsa de valores. Analisando-se especificamente o grupo de empresas que aderiram à GRI, observa-se que ele está dividido entre empresas listadas (50,19%) e não listadas em bolsa (49,81%). As empresas listadas apresentam uma pequena superioridade da proporção, quanto a divulgação de relatórios GRI (Tabela 4). Contudo, as empresas que não estão cotadas em bolsa têm, também, interesse em manter uma boa imagem frente a seus fornecedores e clientes e junto a agentes financiadores. Este resultado sugere que as empresas em geral creem que a GRI tem potencial de divulgação e que esta ampla disseminação de informação sobre a empresa é positiva para ela. O Teste de diferença entre as proporções mostrou não haver diferença entre as proporções de divulgação entre empresas cotadas e não cotadas em bolsa (valor-p = 0,773).

Tabela 4*Adesão das organizações cotadas e não cotadas em bolsa*

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Total	%
Não Listada	64	81	100	118	116	109	104	99	791	49,81
Crescimento (%)		26,56	23,46	18,00	-1,69	-6,03	-4,59	-4,81		
Listada	55	78	85	116	114	124	115	110	797	50,19
Crescimento (%)		41,82	8,97	36,47	-1,72	8,77	-7,26	-4,35		
Total	119	159	185	234	230	233	219	209	1.588	
Crescimento (%)		33,61	16,35	26,49	-1,71	1,30	-6,01	-4,57		

Fonte: Elaborada pelos autores.

A GRI classifica as organizações em três categorias de tamanho conforme definição estabelecida pela União Europeia. São consideradas organizações de “grande porte” aquelas que empregam mais de 250 pessoas, que detêm o volume de negócios anual superior a 50 milhões de euros, e o balanço total anual superior a 43 milhões de euros. A União Europeia ainda caracteriza organizações de “pequeno porte” aquelas que empregam menos de 250 pessoas, que têm o volume de negócios anual inferior a 50 milhões de euros, e o balanço total anual inferior a 43 milhões de euros. Nesta classificação ainda há a categoria “Multinacional” que apresenta características similares às de organizações de grande porte, sendo organizações que empregam mais de 250 pessoas e estão presentes em outros países. A Tabela 5 exibe o número de organizações que divulgaram relatórios de sustentabilidade através da GRI no período 2000-2017.

Dentre as organizações que utilizaram a GRI como meio para relatar informações de sustentabilidade há uma preponderância de organizações de grande porte (83,00%) que, somadas às multinacionais (9,76%), representam 92,76% das instituições brasileiras na GRI. Testes de diferença nas proporções entre organizações de pequeno e grande porte confirmaram a superioridade do número de organizações de grande porte (valor-p = 0,0000), bem como da proporção de multinacionais sobre pequenas organizações (valor-p = 0,0000).

Tabela 5*Adoção da GRI por Tamanho da Organização*

Ano	Tamanho da Organização							
	Pequeno Porte	Cresc. (%)	Grande Porte	Cresc. (%)	Multinacional	Cresc. (%)	Total	Cresc. (%)
2000	0		2		0		2	
2001	0		2	0,00	0		2	0,00
2002	0		6	200,00	0		6	200,00
2003	0		5	-16,67	0		5	-16,67
2004	0		8	60,00	0		8	60,00
2005	1		16	100,00	0		17	112,50
2006	0	-100,00	23	43,75	0		23	35,29
2007	2		51	121,74	1		54	134,78
2008	4	100,00	78	52,94	6	500,00	88	62,96
2009	5	25,00	93	19,23	7	16,67	105	19,32
2010	9	80,00	151	62,37	12	71,43	172	63,81
2011	12	33,33	144	-4,64	19	58,33	175	1,74
2012	18	50,00	163	13,19	27	42,11	208	18,86
2013	20	11,11	212	30,06	30	11,11	262	25,96
2014	20	0,00	214	0,94	24	-20,00	258	-1,53
2015	23	15,00	210	-1,87	28	16,67	261	1,16
2016	23	0,00	200	-4,76	29	3,57	252	-3,45
2017	18	-21,74	200	0,00	26	-10,34	244	-3,17
Total	155		1.778		209		2.142	
Crescimento médio		17,52		39,78		68,95		41,86
% Total		7,24		83,00		9,76		

Fonte: Elaborada pelos autores.

Este resultado sinaliza que, de fato, o atributo tamanho da organização é relevante para levar a organização a divulgar relatório de sustentabilidade através da GRI, como já salientado pela literatura (Gallego-Álvarez & Quina-Custodio, 2016; Murcia & Santos, 2009; Ricardo et al., 2017). O fator custo de divulgação pode ser um fator limitante para organizações de menor porte.

4.2 Qualidade dos relatórios de RSC

Relativamente à qualidade das informações prestadas pelas organizações, pode-se considerar como elementos importantes a emissão de relatórios integrados, a adesão às diretrizes GRI, o nível de aplicação do relatório e a auditoria do relatório de sustentabilidade.

Quanto à emissão de relatórios que divulgam de maneira conjunta informações financeiras e não-financeiras (relatórios integrados), observa-se que, ainda que pequena, tem havido certa adesão pelas organizações brasileiras (Tabela 6). A grande maioria destas organizações ainda não divulga relatórios integrados (87,28%). No entanto, deve-se relatar que nos períodos 2010-2011 e 2014-2015, o número de relatórios integrados apresentou um aumento, o que pode sinalizar uma crescente preocupação das organizações, em determinados períodos, em divulgar suas ações sociais e de sustentabilidade conjuntamente com as informações financeiras.

Tabela 6

Adesão à divulgação de Relatórios Integrados

Relatório Integrado	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Total	%
Não	137	126	172	228	219	187	175	183	1.427	87,28
Crescimento (%)		-8,03	36,51	32,56	-3,95	-14,61	-6,42	4,57		
Sim	23	41	24	22	17	34	28	19	208	12,72
Crescimento (%)		78,26	-41,46	-8,33	-22,73	100,00	-17,65	-32,14		
Total	160	167	196	250	236	221	203	202	1.635	100%
Crescimento (%)		4,38	17,37	27,55	-5,60	-6,36	-8,14	-0,49		

Fonte: Elaborada pelos autores.

As diretrizes GRI para elaboração de relatórios estão em constante evolução. Desde a fundação da GRI, foram elaboradas cinco versões de relatórios GRI, visando o aprimoramento das diretrizes (índice de conteúdo) presentes: o modelo GRI-G1, publicado em 2000; o GRI-G2, publicado em 2002; o GRI-G3, publicado em 2006; o GRI-G3.1, publicado em 2011; o GRI-G4, publicado em 2013; e o GRI *Standards*, publicado em 2016. Além destes, há o GRI-Citing que faz referência explícita às Diretrizes da GRI, apesar de não haver índice de conteúdo estabelecido. O GRI-Citing indica também os relatórios, publicados após 1 de julho de 2018, que fazem referência às diretrizes do GRI-G4. A organização pode ainda divulgar informações sobre o seu desempenho econômico, ambiental, social e de governança sem seguir as Diretrizes GRI (índice de conteúdo), seguindo um modelo Não-GRI.

Os resultados exibidos na Tabela 7 indicam que uma pequena proporção de organizações não tem adotado as diretrizes GRI (14,57%), emitindo relatórios GRI-Referenciado ou Não-GRI. Por outro lado, a grande maioria das organizações brasileiras (85,43%) tem emitido relatórios via GRI (coluna GRI) seguindo as diretrizes sugeridas, englobando os seguintes índices de conteúdo: GRI-G1, GRI-G2, GRI-3, GRI-G3.1, GRI-4 e GRI *Standards*. Teste z de diferença de proporções entre os grupos confirma a superioridade da proporção de organizações adotantes das diretrizes GRI (valor-p = 0,0000), o que comprova o interesse das organizações em elaborar relatórios de sustentabilidade seguindo padrões internacionais da GRI.

Tabela 7*Adesão ao modelo GRI do relatório de Sustentabilidade*

Ano	Não GRI	Cresc. (%)	GRI-Citing	Cresc. (%)	GRI	Cresc. (%)	Total	Cresc. (%)
2000	1		0		1		2	
2001	1	0,00	0		1	0,00	2	0,00
2002	1	0,00	0		5	400,00	6	200,00
2003	1	0,00	1		3	-40,00	5	-16,67
2004	1	0,00	0	-100,00	7	133,33	8	60,00
2005	4	300,00	0		13	85,71	17	112,50
2006	5	25,00	0		18	38,46	23	35,29
2007	11	120,00	4		39	116,67	54	134,78
2008	12	9,09	2	-50,00	74	89,74	88	62,96
2009	12	0,00	2	0,00	91	22,97	105	19,32
2010	14	16,67	2	0,00	156	71,43	172	63,81
2011	12	-14,29	1	-50,00	162	3,85	175	1,74
2012	16	33,33	3	200,00	189	16,67	208	18,86
2013	17	6,25	4	33,33	241	27,51	262	25,96
2014	21	23,53	17	325,00	220	-8,71	258	-1,53
2015	37	76,19	6	-64,71	218	-0,91	261	1,16
2016	35	-5,41	19	216,67	198	-9,17	252	-3,45
2017	38	8,57	12	-36,84	194	-2,02	244	-3,17
Total	239		73		1.830		2.142	
% total	11,16		3,41		85,43			

Fonte: *Elaborada pelos autores.*

O nível de aplicação do relatório de sustentabilidade tem como objetivo refletir o grau de adesão às diretrizes da GRI na estrutura do relatório de sustentabilidade. O modelo G2 apresenta dois níveis de aplicação: “Índice de conteúdo” e “Em conformidade” (G2). O “Índice de conteúdo” indica que existe um índice de conteúdo GRI disponível no relatório que, no entanto, não é declarado de acordo com as Diretrizes do modelo G2. Por sua vez, o grau de aplicação “Em conformidade” (G2) indica que o relatório GRI está de acordo com as diretrizes do relatório G2. Com a publicação dos modelos G3 e G3.1, passou-se a ter três níveis de aplicação: A (relatórios avançados), B (relatórios intermediários) e C (relatórios iniciantes). Pode-se, ainda, adotar um (+) nesses três níveis de aplicação para os relatórios GRI que utilizaram uma verificação externa. Em 2013, com a utilização do modelo G4, o nível de aplicação passou a ser “Em conformidade” ou “Não declarado”. Relatório “Em conformidade” (G4), a partir de 2014, indica que o relatório está elaborado de acordo com as diretrizes do relatório G4. Relatório “Não declarado” significa que o mesmo não deixa explícito que está “Em conformidade”, mas contempla o índice de conteúdo do G4. Por fim, com a publicação do modelo GRI *Standards*, o nível de aplicação “Em conformidade” permaneceu e o “GRI-Referenciado” foi inserido. Relatório com nível de aplicação “GRI-Referenciado” indica que foi feita declaração explícita a cada norma que se está fazendo referência, e que podem utilizar os Padrões GRI individuais ou parte deles.

A Tabela 8 apresenta o número de relatórios de sustentabilidade divulgados por ano, de acordo com o nível de aplicação da GRI de cada relatório. Os resultados indicam que 58,25% (A, A+, B, B+, C e C+) dos relatórios detêm níveis de aplicação relativos aos modelos G3 e G3.1, demonstrando, dessa forma, relatórios de RSC com melhor qualidade.

Relatórios “Em conformidade” tiveram crescimento relevante a partir de 2014 devido à publicação do modelo G4 e *Standards*. Este crescimento sinaliza a migração de nível de aplicação de relatórios para o modelo G4 e *Standards*. Deve-se destacar que o nível de aplicação “GRI-Referenciado” não foi aplicado para nenhum relatório GRI das empresas brasileiras durante o período de análise. Ao longo do tempo, o conjunto de resultados indica forte tendência de adoção das diretrizes GRI que significa melhoria de qualidade dos relatórios.

Tabela 8*Adoção ao Nível de Aplicação nos relatórios de RSC*

Ano	Nível de Aplicação									
	Não declarado	Índice de Conteúdo	Em conformidade	C	C+	B	B+	A	A+	Total
2002	0	1	1	0	0	0	0	0	0	2
2003	0	1	2	0	0	0	0	0	0	3
2004	0	5	2	0	0	0	0	0	0	7
2005	0	9	4	0	0	0	0	0	0	13
2006	0	10	6	1	0	0	0	1	0	18
2007	4	2	1	9	2	6	5	3	7	39
2008	14	0	0	21	0	19	5	5	10	74
2009	9	0	0	30	2	17	7	13	13	91
2010	24	0	0	48	4	35	11	13	21	156
2011	11	0	0	50	4	42	11	14	30	162
2012	10	0	0	56	9	53	19	15	27	189
2013	12	0	0	76	8	63	30	15	37	241
2014	17	0	61	40	4	57	21	5	15	220
2015	24	0	140	21	0	18	5	4	6	218
2016	10	0	188	0	0	0	0	0	0	198
2017	14	0	180	0	0	0	0	0	0	194
Total	149	28	585	352	33	310	114	88	166	1.825
% ano	8,16	1,53	32,05	19,29	1,81	16,99	6,25	4,82	9,10	

Fonte: Elaborada pelos autores.

Com o objetivo de melhorar a confiabilidade dos relatórios de sustentabilidade divulgados através da GRI, foi proposto que a declaração do nível de aplicação fosse auditada. O processo de auditoria do nível de aplicação do relatório de sustentabilidade pode ser classificado em três: “Auto-declarado”, “Verificado pela GRI” e “Verificado por terceiros”. O “Auto-declarado” indica que a declaração do nível de aplicação do relatório não foi confirmada pela GRI e nem verificada por terceiros. Por sua vez, o “Verificado pela GRI” indica que a declaração do nível de aplicação passou por uma verificação da GRI. Deve-se destacar que a verificação de nível de aplicação pela GRI findou em dezembro de 2014, fazendo com que os relatórios enviados para verificação após esse período não fossem referidos com a “Checagem GRI”. Por fim, o “Verificado por terceiros” mostra que o nível de aplicação do relatório foi confirmado por terceiros. A GRI recomenda que as organizações submetam seus relatórios a auditoria externa. A Tabela 9 exibe a evolução do número de relatórios submetidos à auditoria, seja da GRI ou de outra entidade externa à empresa.

Tabela 9
Auditoria nos relatórios de RSC

Ano	Auto declarado	Cresc. (%)	Verificado pela GRI	Cresc. (%)	Verificação externa	Cresc. (%)	Total
2002	1		0		0		1
2003	2	100	0		0		2
2004	2	0	0		0		2
2005	4	100	0		0		4
2006	6	50,00	1		0		7
2007	20	233,33	10	900	3		33
2008	32	60,00	20	100	8	166,67	60
2009	44	37,50	23	15,00	15	87,50	82
2010	80	81,82	26	13,04	26	73,33	132
2011	74	-7,50	51	96,15	26	0,00	151
2012	86	16,22	70	37,25	23	-11,54	179
2013	112	30,23	82	17,14	35	52,17	229
2014	82	-26,79	45	-45,12	15	-57,14	142
2015	49	-40,24	0	-100	5	-66,67	54
Total	594		328		156		1.078
Média de crescimento	48,81		114,83		30,54		
% total	55,10		30,43		14,47		100,00

Fonte: Elaborada pelos autores.

Observa-se que a proporção de relatórios sem auditoria externa (55,10%) ainda é estatisticamente superior àquela de relatórios submetidos a verificação externa (GRI ou outra externa à empresa) (44,9%), conforme teste z de diferença de proporções (valor-p = 0,0009). No entanto, deve-se salientar que o ano de 2015 não teve relatório verificado pela GRI, uma vez que essa operação se findou em 2014. Além disso, os relatórios de sustentabilidade relativos ao período 2016-2017 não passaram por nenhum tipo de checagem do nível de aplicação, uma vez que esse processo foi estabelecido somente até os relatórios de sustentabilidade modelos GRI-G3 e GRI-G3.1.

4.3 Características das organizações associadas a qualidade das informações prestadas nos relatórios de RSC

A Tabela 10 exibe números relativos à adesão às diretrizes GRI entre organizações empresariais e não empresariais no Brasil. Pode-se observar que tanto empresas, quanto não empresas, apresentam uma forte tendência a elaborarem relatórios de sustentabilidade seguindo as diretrizes GRI e apresentando índice de conteúdo estabelecido (GRI-G1, GRI-G2, GRI-G3, GRI-G3.1, GRI-G4 e GRI *Standards*). De fato, a proporção de organizações com relatórios neste formato é superior àquela em outro formato tanto para organizações não empresariais (92,70% x 7,30%), como para empresas (84,52% x 15,48%).

Esta maior propensão de adesão aos modelos mais avançados de relatórios (GRI-G1, GRI-G2, GRI-G3, GRI-G3.1, GRI-G4 e GRI *Standards*), cujas diretrizes são mais aprimoradas e que fazem com que as informações sejam melhor divulgadas, assim como uma mais elevada tendência de empresas divulgarem relatórios de sustentabilidade, é confirmada por um teste de diferença de proporções (χ^2). O Teste de diferença entre proporções foi significativo a 1% (valor-p = 0,000), indicando que organizações empresariais são mais

propensas a divulgar relatórios de modelos mais elevados de acordo com as diretrizes GRI (Hipótese 1a).

Tabela 10

Tipo de Organização e Tipo de Relatório

Tipo de Organização	Tipo de Relatório								Total
	Não-GRI	GRI-Citing	GRI-G1	GRI-G2	GRI-G3	GRI-G3.1	GRI-G4	GRI Standards	
Organização não empresarial	8	8	0	0	90	23	90	0	219
% não empresa	3,65	3,65	0,00	0,00	41,10	10,50	41,10	0,00	100,00
% tipo de relatório	3,38	10,96	0,00	0,00	10,38	8,27	14,66	0,00	10,34
Empresa	229	65	4	41	777	255	524	4	1.899
% empresa	12,06	3,42	0,21	2,16	40,92	13,43	27,59	0,21	100,00
% tipo de relatório	96,62	89,04	100,00	100,00	89,62	91,73	85,34	100,00	89,66
Total	237	73	4	41	867	278	614	4	2.118
% tipo de organização	11,19	3,45	0,19	1,94	40,93	13,13	28,99	0,19	100,00

Pearson χ^2 (4) = 31,7114; valor-p = 0,000.

Fonte: Elaborada pelos autores.

Os valores apresentados na Tabela 11 mostram que 58,43% dos relatórios adotam as diretrizes da GRI e declaram o seu nível de aplicação (C, C+, B, B+, A, A+). Em relação ao tipo de organização, observou-se que empresas privadas divulgam mais os relatórios que seguem os níveis de aplicação da GRI. O teste de diferença entre proporções foi significativo (valor-p = 0,000), dessa forma, tem-se amparo para dizer que de fato as organizações empresariais são mais propensas a divulgar relatórios com maior nível de aplicação de acordo com as diretrizes GRI (Hipótese 1b). O maior interesse das empresas associado à questão de criação de valor pode ser o fator que faz com que estas organizações sejam as com mais elevada proporção de relatórios com melhor nível de aplicação (C, C+, B, B+, A, A+, ou Em conformidade G4 e *Standards*).

Tabela 11

Tipo de Organização e Nível de Aplicação

Tipo de Organização	Nível de Aplicação			Total
	Não declarado	Em conformidade	ABC+	
Empresa Privada	92	439	721	1.252
% nível de aplicação	7,35	35,06	57,59	100,00
% organização	65,71	71,97	68,41	69,40
Subsidiária	31	55	151	237
% nível de aplicação	13,08	23,21	63,71	100,00
% organização	22,14	9,02	14,33	13,14
Empresa Estatal	4	34	74	112
% nível de aplicação	3,57	30,36	66,07	100,00
% organização	2,86	5,57	7,02	6,21
Cooperativa	2	32	22	56
% nível de aplicação	3,57	57,14	39,29	100,00
% organização	1,43	5,25	2,09	3,10
Parcerias	0	13	24	37

% nível de aplicação	0,00	35,14	64,86	100,00
% organização	0,00	2,13	2,28	2,05
Organização sem fins lucrativos	9	29	42	80
% nível de aplicação	11,25	36,25	52,50	100,00
% organização	6,43	4,75	3,98	4,43
Instituição Pública	2	8	20	30
% nível de aplicação	6,67	26,67	66,67	100,00
% organização	1,43	1,31	1,90	1,66
Total	140	610	1054	1.804
% nível de aplicação	7,76	33,81	58,43	100,00
% organização	100,00	100,00	100,00	100,00

Pearson χ^2 (12) = 42,3829; valor-p = 0,000.

Fonte: Elaborada pelos autores.

Os números da Tabela 12 mostram que a proporção de organizações que ainda não têm o relatório submetido à auditoria externa (Auto declarado) (55,15%) é, ainda, estatisticamente superior às que passam por verificação externa (Verificado pela GRI e Verificado por Terceiros) (44,85%). Interessante observar, no entanto, que este resultado é fortemente influenciado pela situação dos relatórios de organizações empresariais. A proporção de relatórios de empresas não submetidos à verificação externa (55,83%) é estatisticamente superior àquela de relatórios de empresas que passam por este processo (44,17%) (valor-p = 0,0000). Por outro lado, não há diferença estatisticamente significativa com relação aos relatórios de organizações não empresariais submetidos à verificação externa (50,93%) e os que não passam por este processo (49,07%).

Ao realizar o teste Qui-quadrado, observou-se que a diferença entre proporções do tipo de auditoria entre empresas e não empresas é estatisticamente significativa (valor-p = 0,018). Portanto, tem-se amparo para confirmar a hipótese de que organizações empresariais são mais propensas a realizar auditoria de seus relatórios (Hipótese 1c).

Tabela 12

Tipo de Organização e Tipo de Auditoria

Tipo de Organização	Tipo de Auditoria			Total
	Auto declarado	Verificado pela GRI	Verificado por Terceiros	
Não Empresa	53	45	10	108
% tipo de auditoria	49,07	41,67	9,26	100,00
% tipo de organização	9,00	13,85	6,49	10,11
Empresa	536	280	144	960
% tipo de auditoria	55,83	29,17	15,00	100,00
% tipo de organização	91,00	86,15	93,51	89,89
Total	589	325	154	1.068
% tipo de auditoria	55,15	30,43	14,42	100,00

Pearson χ^2 (2) = 8,0076; valor-p = 0,018.

Fonte: Elaborada pelos autores.

Os testes de proporções apresentados nos resultados anteriores ressaltaram o já observado pela literatura, a qual indica que empresas são mais propensas a arcar com os custos de divulgação, seja pela busca por legitimação ou pela reputação e criação de valor que

se pode obter com a divulgação voluntária (Ambrozini, 2017; Craig Deegan, 2002; Tilling & Tilt, 2010). Desse modo, aceita-se a hipótese de que as organizações empresariais são mais propensas a divulgar relatórios de melhor qualidade seguindo as diretrizes GRI (Hipótese 1).

A Tabela 13 apresenta a divulgação de relatórios integrados por empresas listadas e não listadas. Apesar do crescimento da emissão de relatórios integrados, a proporção de empresas que não emitem relatório integrado (86,68) ainda é bem superior àquela de empresas que emitem relatório integrado (13,32) (valor-p = 0.0000).

Observa-se que empresas listadas em bolsa apresentam maior divulgação de relatório integrado do que as não listadas (32,45% e 67,55%), essa diferença é significativa a 1%, confirmando a argumentação de que empresas listadas em bolsa estão mais interessadas em divulgar relatórios integrados (Hipótese 2). Os achados da pesquisa corroboram a literatura internacional, ao observarem que o fato de uma empresa ser listada ou não traz diferenças para a divulgação (Ahmed & Courtis, 1999; Firth, 1979; Loderer & Waelchli, 2010), ressaltando-se que essa diferença foi observada apenas no aspecto da qualidade do relatório, visto que as duas apresentam a mesma proporção de divulgação de relatórios padrão GRI (ver Tabela 4). Além disso, o custo do processo de relatório integrado pode ser um fator limitante, principalmente para empresas não listadas em bolsa, das quais somente 8,38% publicam relatórios integrados.

Tabela 13

Empresa Listada em bolsa de valores e Relatório Integrado

	Relatório Integrado		Total
	Não	Sim	
Empresa Não Listada	667	61	728
% relatório integrado	91,62%	8,38%	100,00%
% empresa não listada	54,54%	32,45%	51,59%
Empresa Listada	556	127	683
% relatório integrado	81,41%	18,59%	100,00%
% empresa listada	45,46%	67,55%	48,41%
Total	1.223	188	1.411
% relatório integrado	86,68%	13,32%	100,00%

Pearson χ^2 (1) = 31.8419; valor-p = 0,000.

Fonte: Elaborada pelos autores.

A Tabela 14 retrata que os três tipos de organizações (pequeno porte, grande porte e multinacionais) utilizam em seus relatórios de RSC, em sua grande maioria (85,43%), as diretrizes estabelecidas pela *Global Reporting Initiative* (GRI) (G1, G2, G3, G3.1, G4 e GRI *Standards*). Estes resultados indicam que os relatórios de RSC divulgados pelas organizações vêm apresentando uma melhor qualidade por haver um esforço de adoção das diretrizes propostas pela GRI. Os resultados demonstram também que as empresas de grande porte vêm divulgando de forma destacada os modelos mais elevados de acordo com as diretrizes GRI (Hipótese 3a). Tal resultado é comprovado pelo teste de proporções (valor-p = 0,000).

Tabela 14
Porte das Organizações e Tipo de Relatório GRI

Porte das Organizações	Tipo de Relatório								Total
	Não-GRI	GRI-Citing	GRI-G1	GRI-G2	GRI-G3	GRI-G3.1	GRI-G4	GRI Standards	
Pequeno Porte	24	12	0	1	58	24	36	0	155
% tipo de relatório	15,48	7,74	0,00	0,65	37,42	15,48	23,23	0,00	100,00
% porte	10,04	16,44	0,00	2,27	6,55	8,63	5,86	0,00	7,24
Grande Porte	183	52	5	43	752	219	522	2	1.778
% tipo de relatório	10,29	2,92	0,28	2,42	42,29	12,32	29,36	0,11	100,00
% porte	76,57	71,23	100,00	97,73	84,97	78,78	85,02	50,00	83,01
Multinacional	32	9	0	0	75	35	56	2	209
% tipo de relatório	15,31	4,31	0,00	0,00	35,89	16,75	26,79	0,96	100,00
% porte	13,39	12,33	0,00	0,00	8,47	12,59	9,12	50,00	9,76
Total	239	73	5	44	885	278	614	4	2.142
% tipo de relatório	11,16	3,41	0,23	2,05	41,32	12,98	28,66	0,19	100,00

Pearson χ^2 (14) = 40.9597; valor-p = 0,000.

Fonte: Elaborada pelos autores.

Como já visto, há ainda uma baixa emissão de relatórios integrados pelas organizações brasileiras. No entanto, pode-se observar que há uma mais elevada proporção de emissão de relatórios integrados em organizações brasileiras de maior porte (Grande Porte, Multinacional) (Tabela 15). Essa diferença entre proporções de relatório integrado entre empresas de diferentes portes é comprovada (valor-p = 0,001), demonstrando que de fato, as empresas de maior porte são mais propensas a divulgar relatórios integrados (Hipótese 3b). Algumas investigações também já vêm abordando essa relação entre o tamanho e a divulgação entre relatórios integrados (Gallego-Álvarez & Quina-Custodio, 2016; García-Sánchez & Noguera-Gámez, 2018; Kiliç & Kuzey, 2018).

Tabela 15
Porte da Organização e Relatório Integrado

Porte da Organização	Relatório Integrado		Total
	Não	Sim	
Pequeno Porte	111	7	118
% relatório integrado	94,07	5,93	100,00
% tipo de porte	7,78	3,37	7,22
Grande Porte	1.184	167	1.351
% relatório integrado	87,64	12,36	100,00
% tipo de porte	82,97	80,29	82,63
Multinacional	132	34	166
% relatório integrado	79,52	20,48	100,00
% tipo de porte	9,25	16,35	10,15
Total	1.427	208	1.635
% relatório integrado	87,28	12,72	100,00

Pearson χ^2 (2) = 14.0605; valor-p = 0,001.

Fonte: Elaborada pelos autores.

De modo similar ao observado com relação à emissão de relatório integrado, verificou-se que organizações brasileiras de maior porte são mais propensas a submeter seus relatórios de sustentabilidade à verificação por terceiros (Grande Porte = 15,30%; Multinacional = 14,14%), comparativamente, somente 5,19% de entidades de pequeno porte o fazem (Tabela 16). O fator custo pode ser determinante desta limitação de organizações menores. Por outro lado, a verificação realizada pela GRI parece estar conseguindo balancear a proporção de organizações em cada grupo por porte da organização (Pequeno Porte = 29,87%; Grande Porte = 30,82%; Multinacional = 27,27%). O teste de diferença entre proporções sinaliza não distinção entre proporção de organizações por tamanho e tipo de auditoria (valor-p = 0,125). A comparação, por outro lado, de proporções de organizações por cada tipo de auditoria entre pequenas e grandes organizações mostra haver uma proporção significativamente superior de organizações de grande porte, seja por auditoria Auto declarado, Verificado pela GRI, ou Verificado por Terceiros (p-value = 0.000 nas três comparações), o que indica que as organizações de maior porte são mais propensas a ter seus relatórios auditados (Hipótese 3c).

Tabela 16
Porte da Organização e Tipo de Auditoria

Porte da Organização	Tipo de Auditoria			Total
	Auto declarado	Verificado pela GRI	Verificado por Terceiros	
Pequeno Porte	50	23	4	77
% tipo de auditoria	64,94	29,87	5,19	100,00
% tipo de porte	8,42	7,01	2,56	7,14
Grande Porte	486	278	138	902
% tipo de auditoria	53,88	30,82	15,30	100,00
% tipo de porte	81,82	84,76	88,46	83,67
Multinacional	58	27	14	99
% tipo de auditoria	58,59	27,27	14,14	100,00
% tipo de porte	9,76	8,23	8,97	9,18
Total	594	328	156	1.078
% tipo de auditoria	55,10	30,43	14,47	100,00

Pearson χ^2 (4) = 7.2046; valor-p = 0,125.

Fonte: Elaborada pelos autores.

O fato das organizações de maior porte terem mais visibilidade e mais possibilidade de arcar com os custos da divulgação fazem com que elas consigam melhorar a qualidade dos seus relatórios (Husted & Allen, 2007; Lopes et al., 2017). Desse modo, confirma-se a hipótese de que organizações de maior porte são mais propensas a adotar mais elevados padrões de divulgação (Hipótese 3).

Os achados da pesquisa indicam a presença de organizações de naturezas distintas com destacada adesão de empresas de grande porte na GRI. De fato, empresas são organizações que têm foco na criação de valor e interagem com um amplo espectro de *stakeholders* que são sensíveis às suas ações e demandam informações. Observa-se, também, uma gradual adesão à emissão de relatórios integrados pelas empresas brasileiras.

Quanto à qualidade dos relatórios GRI das organizações brasileiras, os resultados sinalizam a grande aderência às diretrizes estabelecidas pela GRI, o que é um indicativo de melhor qualidade. Empresas maiores apresentam mais alta tendência a divulgar relatórios de melhor qualidade.

5 Considerações Finais

O trabalho fez uma análise da adesão à GRI por organizações do Brasil. Os resultados indicam que, de fato, tem havido uma crescente adesão destas organizações à GRI seguindo uma tendência internacional. Esta tendência pode ter como explicação a busca destas organizações por legitimação de atividades, como também a melhoria de imagem e reputação, tudo isto com possíveis reflexos positivos na criação de valor.

Os resultados obtidos destacam a elevada adesão de organizações empresariais e de grande porte aos relatórios de sustentabilidade da GRI, como esperado, uma vez que estas organizações são mais capazes de arcar com os custos do *disclosure* voluntário. Devido às ações da empresa com um mais amplo espectro de *stakeholders*, passa a ser mais relevante a questão da legitimação e reputação em organizações empresariais que têm foco na criação de valor. No caso de empresa, acrescenta-se ainda a constante busca de vantagem competitiva que encontra na imagem da empresa mais um elemento que pode contribuir.

Merece ser mencionada a aceitação, ainda que pequena, por parte das empresas brasileiras aos relatórios integrados. Percebeu-se o aumento da adesão a esse tipo de relatório no ano de 2015. Esse resultado demonstra que as organizações estão mais empenhadas em apresentar ao público suas informações de RSC relacionada aos seus desempenhos econômicos.

Relativamente à qualidade dos relatórios GRI das organizações brasileiras, observa-se a grande aderência aos modelos de relatórios da GRI que seguem as diretrizes, além de uma crescente divulgação dos níveis de aplicação estabelecidos pela GRI. Organizações empresariais e de maior porte são também mais propensas a apresentar relatórios de melhor qualidade. O conjunto de resultados sugere que GRI está conseguindo estabelecer-se como um importante meio de divulgação de relatórios de sustentabilidade de organizações brasileiras.

Por fim, pode-se considerar que a crescente adesão à divulgação de relatórios de sustentabilidade pela organização brasileira é um sinal de que as questões socioambientais parecem estar presentes na estratégia das organizações brasileiras, notadamente empresas. Observou-se o crescimento relevante do número de organizações, como também uma melhoria da qualidade dos relatórios. Este processo é um forte indicativo de que as empresas brasileiras estão de fato considerando a responsabilidade econômica, social e ambiental como instrumento importante para alcançar a legitimação de suas atividades e melhorar sua imagem e reputação.

Estudar os relatórios de RSC divulgados através da GRI permite avaliar-se o quanto este instrumento de divulgação tem sido considerado relevante por organizações empresariais ou não no Brasil. Empresas podem estar sendo levadas a fazer divulgação de RSC via GRI visando legitimação de estratégias e práticas organizacionais, como também criação de valor e melhoria de reputação organizacional. Como contribuição deste estudo tem-se a análise detalhada da evolução da divulgação de ações de RSC via GRI pelas organizações brasileiras. Ademais, o estudo sinaliza que a GRI parece estar firmando-se como um importante meio para a divulgação de informações de ações socioambientais para organizações brasileiras. Sob a perspectiva acadêmica, a pesquisa avança em questões associadas ao *disclosure* voluntário ao aprofundar a análise da qualidade dos relatórios GRI elaborado pelas organizações.

Como possibilidades de trabalhos futuros vislumbra-se a realização de pesquisa similar em outros países e a comparação entre eles e o Brasil. Também pode-se considerar a realização de pesquisas qualitativas visando conhecer a percepção de gestores sobre as diferentes formas de empreender ações de RSC, sua respectiva divulgação, e o quanto isto efetivamente pode contribuir para a reputação organizacional.

Referências

- Adams, C. A. (2015). The International Integrated Reporting Council: A call to action. *Critical Perspectives on Accounting*, 27, 23–28.
- Ahmed, K., & Courtis, J. K. (1999). Associations between corporate characteristics and disclosure levels in annual reports: a meta-analysis. *The British Accounting Review*, 31(1), 35-61. doi: <https://doi.org/10.1006/bare.1998.0082>
- Ambrozini, L. S. (2017). Pressões internas e externas na utilização de padrões de divulgação de informações socioambientais amplamente aceitos: uma análise sobre estrutura de governança corporativa, ambiente institucional e a perspectiva de legitimação. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, 14(31), 03-25. doi: <http://dx.doi.org/10.5007/2175-8069.2017v14n31p3>
- Archel, P., Husillos, J., Larrinaga, C., & Spence, C. (2009). Social disclosure, legitimacy theory and the role of the state. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 22(8), 1284-1307.
- Bebbington, J., Larrinaga-González, C., & Moneva-Abadía, J. M. (2008). Legitimizing reputation/the reputation of legitimacy theory. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 21(3), 371-374. doi: 10.1108/09513570810863969
- Bebbington, J., Larrinaga, C., & Moneva, J. M. (2008). Corporate social reporting and reputation risk management. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 21(3), 337-361. doi: <http://dx.doi.org/10.1108/09513570810863932>
- Bertoncello, S. L. T., & Júnior, J. C. (2007). A importância da Responsabilidade Social Corporativa como fator de diferenciação. *FACOM*(17), 70-76.
- Bouten, L., Everaert, P., Van Liedekerke, L., De Moor, L., & Christiaens, J. (2011). Corporate social responsibility reporting: A comprehensive picture? *Accounting Forum*, 35(3), 187-204. doi: 10.1016/j.accfor.2011.06.007
- Braga, C., Silva, P. P., & Santos, A. (2014). Environmental disclosure in the Brazilian electricity sector. *International Journal of Innovation and Sustainable Development*, 8(1), 37-52.
- Brown, J. A., & Forster, W. R. (2013). CSR and Stakeholder Theory: A Tale of Adam Smith. *Journal of Business Ethics*, 112(2), 301-312. doi: 10.1007/s10551-012-1251-4
- Buzby, S. L. (1975). Company Size, Listed Versus Unlisted Stocks, and the Extent of Financial Disclosure. *Journal of Accounting Research*, 13(1), 16-37.
- Carroll, A. B. (1999). Corporate Social Responsibility: Evolution of a Definitional Construct. *Business & Society*, 38(3), 268-295.
- Cochran, P. L. (2007). The evolution of corporate social responsibility. *Business Horizons*, 50(6), 449-454.
- Collis, J., & Hussey, R. (2004). *Pesquisa em administração: um guia prático para alunos de graduação e pós-graduação* (2 ed. Vol. 1). Porto Alegre: Bookman.
- Conceição, S. H., Dourado, G. B., & Silva, S. F. (2012). Global reporting initiative (gri) - um estudo exploratório da prática de evidenciação em sustentabilidade empresarial na América Latina. *Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade*, 2(3), 17-38.

- Crisóstomo, V. L., Prudêncio, P. A., & Forte, H. C. (2017). An Analysis of the Adherence to GRI for Disclosing Information on Social Action and Sustainability Concerns. In A. Belal & S. Cooper (Eds.), *Advances in Environmental Accounting & Management: Social and Environmental Accounting in Brazil* (Vol. 6, pp. 69-103): Emerald Publishing Limited.
- De los Ríos Berjillos, A., Ruiz Lozano, M., Tirado Valencia, P., & Carbonero Ruz, M. (2012). Una aproximación a la relación entre información sobre la responsabilidad social orientada al cliente y la reputación corporativa de las entidades financieras españolas. *Cuadernos de Economía y Dirección de la Empresa*, 15(3), 130-140.
- Deegan, C. (2002). The legitimising effect of social and environmental disclosures – a theoretical foundation. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 15(3), 282-311. doi: <http://dx.doi.org/10.1108/09513570210435852>
- Deegan, C., Rankin, M., & Tobin, J. (2002). An examination of the corporate social and environmental disclosures of BHP from 1983-1997: A test of legitimacy theory. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 15 (3), 312-343.
- Deegan, C., Rankin, M., & Voght, P. (2000). Firms' disclosure reactions to major social incidents: Australian evidence. *Accounting Forum*, 24, 101-130.
- Deephouse, D. L., & Carter, S. M. (2005). An Examination of Differences Between Organizational Legitimacy and Organizational Reputation. *Journal of Management Studies*, 42(2), 329-360. doi: 10.1111/j.1467-6486.2005.00499.x
- Dowling, J. B., & Pfeffer, J. (1975). Organizational legitimacy: Social values and organizational behavior. *Pacific Sociological Review*, 18(1), 122-136.
- Firth, M. (1979). The Impact of Size, Stock Market Listing, and Auditors on Voluntary Disclosure in Corporate Annual Reports. *Accounting and Business Research*, 9(36), 273-280. doi: 10.1080/00014788.1979.9729168
- Flower, J. (2015). The International Integrated Reporting Council: A story of failure. *Critical Perspectives on Accounting*, 27, 1-17.
- Freeman, R. E., Rusconi, G., Signori, S., & Strudler, A. (2012). Stakeholder Theory(ies): Ethical Ideas and Managerial Action. *Journal of Business Ethics*, 109(1), 1-2. doi: 10.1007/s10551-012-1374-7
- Freeman, R. E., Wicks, A. C., & Parmar, B. (2004). Stakeholder Theory and “The Corporate Objective Revisited”. *Organization Science*, 15(3), 364–369.
- Gallego-Álvarez, I., & Quina-Custodio, I. A. (2016). Disclosure of corporate social responsibility information and explanatory factors. *Online Information Review*, 40(2), 218-238. doi: <http://dx.doi.org/10.1108/OIR-04-2015-0116>
- García-Sánchez, I.-M., & Noguera-Gámez, L. (2018). Institutional Investor Protection Pressures versus Firm Incentives in the Disclosure of Integrated Reporting. *Australian Accounting Review*, 28(2), 199-219. doi: 10.1111/auar.12172
- Garcia, S., Cintra, Y. C., Ribeiro, M. S., & Dibbern, B. R. S. (2015). Qualidade da divulgação socioambiental: um estudo sobre a acurácia das informações contábeis nos relatórios de sustentabilidade. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, 12(25), 67-94. doi: <http://dx.doi.org/10.5007/2175-8069.2015v12n25p95>
- Gisbert, A., & Lunardi, V. (2012). A evolução da RSC no Brasil entre as empresas listadas na Bovespa. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade*, 6(1), 90-111.

- Gray, D. E. (2011). *Pesquisa no mundo real* (2 ed.). Porto Alegre: Penso.
- GRI. (2015). Sustainability Disclosure Database. Retrieved 24 fev. 2016, from <https://www.globalreporting.org/resourcelibrary/GRI-Data-Legend-Sustainability-Disclosure-Database-Profiling.pdf>
- Harrison, J. S., Bosse, D. A., & Phillips, R. A. (2010). Managing for stakeholders, stakeholder utility functions, and competitive advantage. *Strategic Management Journal*, 31(1), 58-74. doi: 10.1002/smj.801
- Husted, B. W., & Allen, D. B. (2007). Strategic Corporate Social Responsibility and Value Creation among Large Firms: Lessons from the Spanish Experience. *Long Range Planning*, 40(6), 594-610.
- Jamali, D. (2008). A Stakeholder Approach to Corporate Social Responsibility: A Fresh Perspective into Theory and Practice. *Journal of Business Ethics*, 82, 213–231.
- Kiliç, M., & Kuzey, C. (2018). Determinants of forward-looking disclosures in integrated reporting. *Managerial Auditing Journal*, 33(1), 115-144. doi: <https://doi.org/10.1108/MAJ-12-2016-1498>
- Loderer, C., & Waelchli, U. (2010). Protecting Minority Shareholders: Listed versus Unlisted Firms. *Financial Management*, 39(1), 33-57. doi: 10.1111/j.1755-053X.2009.01065.x
- Lopes, A. C., De Luca, M. M. M., Góis, A. D., & Vasconcelos, A. C. (2017). Disclosure socioambiental, reputação corporativa e criação de valor nas empresas listadas na BM&FBOVESPA. *Revista Ambiente Contábil*, 9(1), 364–382.
- Madalena, J. D., Rover, S., Ferreira, D. M., & Ferreira, L. F. (2016). Estudo dos Relatórios de Sustentabilidade GRI de Empresas Brasileiras. *Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental*, 20(1), 566-579.
- Margolis, J. D., & Walsh, J. P. (2003). Misery Loves Companies: Rethinking Social Initiatives by Business. *Administrative Science Quarterly*, 48(2), 268-305.
- McWilliams, A., & Siegel, D. S. (2001). Corporate social responsibility: A theory of the firm perspective. *The Academy of Management Review*, 26(1), 117-127.
- Meek, G. K., Roberts, C. B., & Gray, S. J. (1995). Factors Influencing Voluntary Annual Report Disclosures By U.S., U.K. and Continental European Multinational Corporations. *Journal of International Business Studies*, 26(3), 555-572. doi: 10.1057/palgrave.jibs.8490186
- Michelon, G. (2011). Sustainability Disclosure and Reputation: A Comparative Study. *Corporate Reputation Review*, 14(2), 79-96. doi: 10.1057/crr.2011.10
- Murcia, F. D.-R., & Santos, A. (2009). Fatores determinantes do nível de disclosure voluntário das companhias abertas no Brasil. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPEC)*, 3(2), 72-95.
- Nikolaeva, R. N., & Bicho, M. L. N. (2011). The role of institutional and reputational factors in the voluntary adoption of corporate social responsibility reporting standards. *Journal of the Academy of Marketing Science*, 39(1), 136-157.
- Reis, S. G., Cintra, Y. C., Ribeiro, M. d. S., & Dibbern, B. R. S. (2015). Qualidade da divulgação socioambiental: um estudo sobre a acurácia das informações contábeis nos relatórios de sustentabilidade. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, 12(25), 67-94. doi: <http://dx.doi.org/10.5007/2175-8069.2015v12n25p67>

- Ricardo, V. S., Barcellos, S. S., & Bortolon, P. M. (2017). Relatório de sustentabilidade ou relato integrado das empresas listadas na BM&FBOVESPA: fatores determinantes de divulgação. *RGSA - Revista de Gestão Social e Ambiental*, 11(1), 90-104. doi: <http://dx.doi.org/10.24857/rgsa.v11i1.1233>
- Robertson, D. C., & Nicholson, N. (1996). Expressions of corporate social responsibility in U.K. firms. *Journal of Business Ethics*, 15(10), 1095-1106.
- Roesch, S. M. A. (2005). *Projetos de Estágio e de Pesquisa em Administração: Guia Para Estágios, Trabalhos de Conclusão, Dissertações e Estudos de Caso* (3 ed.): Editora Atlas.
- Seramim, R. J., Zanella, T. P., & Rojo, C. A. (2017). A sustentabilidade e gestão da imagem: um estudo de caso em cooperativa agroindustrial do oeste do Paraná. *Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade*, 6(3), 15-33. doi: 10.5585/geas.v6i3.469
- Silva, E. A., Freire, O. B. D. L., & Silva, F. Q. P. O. (2014). Indicadores de Sustentabilidade como Instrumentos de Gestão: Uma Análise da GRI, Ethos e ISE. *Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade*, 3(1), 130-148. doi: 10.5585/geas.v3i2.130
- Silva, T. L. G. B., Maia, L. C. C., & Leal, E. A. (2017). Grau de aderência aos indicadores de desempenho ambiental do gri em um mercado emergente: uma análise em empresas com potencial poluidor em dois segmentos. *Revista Ambiente Contábil*, 9(1), 21-36.
- Suchman, M. C. (1995). Managing legitimacy: Strategic and institutional approaches. *The Academy of Management Review*, 20(3), 571-610.
- Sutantoputra, A. W. (2009). Social disclosure rating system for assessing firms' CSR reports. *Corporate Communications: An International Journal*, 14(1), 34-48. doi: 10.1108/13563280910931063
- Thomson, I. (2015). 'But does sustainability need capitalism or an integrated report' a commentary on 'The International Integrated Reporting Council: A story of failure' by Flower, J. *Critical perspectives on accounting*, 27, 18-22.
- Tilling, M. V., & Tilt, C. A. (2010). The edge of legitimacy: voluntary social and environmental reporting in Rothmans' 1956-1999 annual reports. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 23, 55-81.
- Tullberg, J. (2013). Stakeholder theory: Some revisionist suggestions. *The Journal of Socio-Economics*, 42, 127-135. doi: doi:10.1016/j.socec.2012.11.014
- Udayasankar, K. (2008). Corporate Social Responsibility and Firm Size. *Journal of Business Ethics*, 83, 167-175.
- Van Staden, C. J., & Hooks, J. (2007). A comprehensive comparison of corporate environmental reporting and responsiveness. *The British Accounting Review*, 39(3), 197-210. doi: 10.1016/j.bar.2007.05.004
- Waddock, S. A., & Graves, S. B. (1997). The corporate social performance-financial performance link. *Strategic Management Journal*, 18(4), 303-319.